

nho Zanatta. (Pausa.) Nobre deputada Márcia Lia. (Pausa.) Nobre deputado Atila Jacomussi. (Pausa.)

Nobre deputado Eduardo Suplicy, nosso senador, com dez minutos para uso da palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Caro presidente deputado Conte Lopes, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu prestei atenção nas suas palavras, deputado Conte Lopes.

É interessante observar que a base de apoio ao bolsomarismo - nem sempre a sua opinião é nesse sentido - mas não vieram os parlamentares dos partidos que apoiam o presidente Bolsonaro e o governador Tarcísio de Freitas tenha alguma coisa a ver com o que está acontecendo hoje no País: uma observação, um procedimento de apuração, por parte da Polícia Federal, sobre a responsabilidade do ex-presidente da República em estar instigando, promovendo e, se possível, realizando o golpe para evitar que o presidente Lula viesse a ser o presidente conforme aconteceu como resultado das eleições de outubro do ano passado.

Mas a cada momento inclusive se observa que as evidências são bastante claras de que o ex-presidente Jair Bolsonaro, não gostando do resultado das eleições, resolveu agir para tentar reverter a situação e, levando em consideração a sua inspiração de saudades do golpe militar de 1964, ficou claro, em todo o seu procedimento, que se estivesse apenas por vontade dele as coisas no Brasil, ele teria repetido as arbitrariedades que aconteceram durante o golpe militar. Então acredito que seja uma coisa muito diferente daquela que aconteceu com o presidente Lula.

Sim, ele chegou a ser condenado no Supremo Tribunal Federal, mas houve uma apuração de maior profundidade que o liberou de tal forma a ele poder ser novamente candidato à Presidência da República e, nas eleições, ele obteve a maioria dos votos. Portanto, hoje, é o presidente e eu acredito que ele vai realizar ações de grande importância visando sobretudo os objetivos de construir um Brasil justo, solidário, fraterno e com grande ênfase nas liberdades democráticas em todas as regiões, as unidades, organizações. É muito importante que se assegure o direito à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa, ao livre debate entre as pessoas.

Tenho assim a convicção de que com ministros agora como Ricardo Lewandowski, o presidente Lula vai avançar. Também espero que mais e mais caminhe bem a economia brasileira, hoje tendo como seu principal condutor o ministro da Fazenda Fernando Haddad, que tem sido muito respeitado em todos os segmentos da população. Eu acho que será importante que mais e mais as medidas propostas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por seu ministros, como Wellington Dias, do Desenvolvimento e Assistência Social.

Eu acho que será muito importante nós caminharmos em direção à erradicação completa da fome, da pobreza extrema, da pobreza absoluta, e que possamos dar passos muito significativos em direção a termos melhores índices de igualdade social.

E tenho a convicção de que mesmo aquelas pessoas que... para que isso aconteça tendo maior riqueza, maior renda no país, que eles venham a acordar, a dar uma colaboração maior na arrecadação de recurso para chegarmos ao dia em que toda e qualquer pessoa - não importa sua origem, sexo, raça, idade, condição civil ou socioeconômica - venhamos todos a ter o direito de participar da riqueza comum de nossa Nação.

E isto leva em conta as observações hoje dos maiores economistas laureados com o Prêmio Nobel de Economia, também laureados com o Prêmio Nobel da Paz, como Muhammad Yunus, de Bangladesh, que esteve no Brasil em outubro último. Mais e mais economistas do mais alto calibre estão recomendando que logo venhamos a ter a implementação da Renda Básica de Cidadania.

E eu cumprimentei o presidente Lula e seus ministros, porque em junho último foi publicada no Diário Oficial a Lei 14.601, pela qual se extinguiu o Auxílio Brasil, que seria até uma medida mais longínqua da ideia da Renda Básica. Reinstiteiui o Bolsa Família e define o programa Bolsa Família como um passo na direção da gradual universalização da Renda Básica de Cidadania, que um dia será incondicional para todos, até para o deputado Conte Lopes, para o ex-presidente Jair Bolsonaro, para o presidente Lula, para o mais bem-sucedido empresário brasileiro. Sim, para mim também, mas, obviamente, os que temos mais vamos colaborar para que nós próprios e todos os demais venham a receber.

E eu recordo, caro deputado Conte Lopes, que dentre aqueles que muito bem fundamentaram a proposta da Renda Básica de Cidadania está Thomas More. Que no livro que escreveu, “Utopia”, ele comenta, através do personagem cardeal Morton, estava-se comentando que pena de morte instituída na Inglaterra, no início do século XVI, não havia colaborado para diminuir a criminalidade violenta.

E então o viajante português Rafael Hitlodeu comenta: muito mais eficaz do que infringir esses castigos horríveis a quem não tem outra alternativa senão, de primeiro, tomar-se um ladrão para dar e ser transformado em cadáver, é você assegurar a sobrevivência das pessoas.

E com base nesta reflexão, o amigo de Thomas More, João Luís Vives, escreveu para o prefeito da cidade flamenga de Bruges, na Bélgica, um tratado de subvenção aos pobres onde sugeriu que fosse assegurada a sobrevivência de toda a população.

E eis por que Thomas More é considerado um dos grandes pensadores da história que tão bem fundamenta a renda básica universal hoje, abraçada e recomendada até pelo querido papa Francisco, em “Vamos Sonhar Juntos: o Caminho para um Futuro Melhor”.

Muito obrigado, Sr. Presidente Conte Lopes.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - Em havendo acordo de todas as lideranças, dos deputados presentes, peço o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CONTE LOPES - PL - É regimental, nobre deputado e sempre senador Eduardo Suplicy.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

Obrigado.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 25 minutos.

* * *

9 DE FEVEREIRO DE 2024

1ª REUNIÃO

Presidência: CARLOS GIANNAZI

RESUMO

1 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência e abre a reunião. Declara estarem presentes 10 Srs. Deputados, número insuficiente para a abertura dos trabalhos. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 15/02, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Encerra a reunião.

15 DE FEVEREIRO DE 2024

6ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: ENIO TATTO, SIMÃO PEDRO, CONTE LOPES e DIRCEU DALBEN

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - ENIO TATTO

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CAPITÃO TELHADA

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - MAJOR MECCA

Por inscrição, faz pronunciamento.

4 - SIMÃO PEDRO

Por inscrição, faz pronunciamento.

5 - EDUARDO SUPLICY

Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - SIMÃO PEDRO

Assume a Presidência.

7 - CONTE LOPES

Por inscrição, faz pronunciamento.

8 - ENIO TATTO

Por inscrição, faz pronunciamento.

9 - PAULO FIORILO

Por inscrição, faz pronunciamento.

10 - CONTE LOPES

Assume a Presidência.

11 - SIMÃO PEDRO

Por inscrição, faz pronunciamento.

GRANDE EXPEDIENTE

12 - CAPITÃO TELHADA

Por inscrição, faz pronunciamento.

13 - PAULO FIORILO

Por inscrição, faz pronunciamento.

14 - EDUARDO SUPLICY

Por inscrição, faz pronunciamento.

15 - DIRCEU DALBEN

Assume a Presidência.

16 - CONTE LOPES

Por inscrição, faz pronunciamento (aparteado pelo deputado Paulo Fiorilo).

17 - PAULO FIORILO

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

ças.

18 - PRESIDENTE DIRCEU DALBEN

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 16/02, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Enio Tatto.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - ENIO TATTO - PT - Presente o número de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Oradores inscritos no Pequeno Expediente. Nobre Deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Deputado Reis. (Pausa.) Deputado Capitão Telhada. Tem V. Exa. o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. CAPITÃO TELHADA - PP - Excelente tarde, senhoras e senhores, todos os funcionários civis e militares da Assembleia Legislativa, a galeria que nos acompanha, Sras. Deputadas e Srs. Deputados estaduais aqui presentes. Uma ótima quinta-feira, vindos aí de um período de festas, de feriado, de Carnaval, porém com notícias inclusive que tangem a esse assunto.

Notícias que eu ia dizer tristes, mas não são nem tristes, são notícias vergonhosas. São fatos que aconteceram no desfile aqui de São Paulo e foi capa, foi matéria de jornal, foi notícia em diversos veículos da imprensa, nas redes sociais, porque, nada mais nada menos, envergonha a sociedade paulista a inversão de valores que a gente vive e continua vivendo no Brasil.

Uma escola de samba, de nome Vai-Vai, uma escola tradicional no Carnaval paulista, de quase 100 anos de existência, trouxe este ano, em 2024, no desfile aqui no sábado, no segundo dia de desfile de Carnaval, o tema de valorização do RAP nacional.

Até aí tudo bem, o samba enredo valorizando um estilo musical, uma cultura, ok. Porém, em uma das comissões de desfile, o figurino lá da escola de Carnaval trouxe a demonização da Polícia Militar, a demonização do Choque.

Aqui está uma fotografia, de muitas tiradas naquele dia de Carnaval, onde foi figurado, onde foi colocado o policial militar claramente com fardamento cinza e preto, o fardamento que o choque de São Paulo usa, com o capacete de choque, e lá com as asas de demônio, com o chifre de demônio, endemonizando a figura do policial e valorizando a figura do criminoso.

Porque o casal que ia à frente lá da escola, eu nem sei o nome também, porque eu nem curto desfile de Carnaval, e muito menos entro em uma escola ligada, por diversos fatos, diversas ocorrências, a episódios com o crime organizado, mas o casal que ia à frente lá da comissão vestido de presidiário, de preto e branco, com aquela roupa típica de presidiário, ostentando justamente uma valorização de um crime e uma demonização da Segurança Pública, do policial. Não somente isso!

Desfilou nessa escola, participou do desfile da Vai-Vai nada mais, nada menos que um candidato à prefeitura de São Paulo hoje. O deputado federal Guilherme Boulos, participou desse desfile vergonhoso, desse enredo ridículo, valorizando o crime, desprestigiando o policial militar.

Sempre a carroça na frente do boi. Tudo que não presta sendo valorizado pela cultura popular brasileira. Tudo que a gente prega de valorização, de elevação às pessoas que realmente entregam o seu sangue, entregam o seu esforço... Não valorizou o policial, não valorizou o professor, não valorizou nenhum profissional aqui.

Valorizou quem? Bandido, como se fosse exemplo para alguém. E não somente o Guilherme Boulos participou do desfile dessa escola de samba aí. Participou também o ministro dos Direitos Humanos, o ministro do governo Lula, o ministro Silvio, dos Direitos Humanos. Pode colocar a próxima foto, por gentileza.

Ele participou do desfile da Vai-Vai ao lado desse rapaz de camiseta branca, chamado Paulo Galo, que simplesmente foi o cara que botou fogo na estátua do Borba Gato, aqui na zona sul de São Paulo.

Então o ministro dos Direitos Humanos junto com um incendiário que pichou e que participou do incêndio da nossa escultura aqui do Borba Gato, e ambos desfilaram nesse carro alegórico que tinha lá uma representação do Borba Gato. Aonde que nós vamos parar?

Eu não sei dizer para onde que o Brasil está indo. Mas, acima de tudo, sobre a demonização que eles fizeram com uma figura do nosso policial militar, ali da tropa de choque, eu tenho o seguinte a dizer: o policial militar é visto como um demônio; ele é visto como o inimigo; ele é visto como o pior pesadelo sabe por quem? Por quem não gosta de polícia.

Ele é visto como a última figura a trombar pelo bandido. Ele é visto assim pelo marginal. Eu particularmente tenho orgulho de ser visto como um demônio pelo marginal, porque eu tenho certeza que quando o bandido me vê como um demônio - eu, policial - o cidadão de bem me vê como o equilíbrio, me vê como o último recurso entre o bem e o mal, entre o caos dominar a sociedade paulista.

E cada policial militar quer ser sim o antagonista ao mal, porque ele é a última e a única barreira que o cidadão de bem ainda tem como proteção na nossa sociedade brasileira.

Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ENIO TATTO - PT - Fez uso da palavra o deputado Capitão Telhada. Dando prosseguimento aos oradores no Pequeno Expediente, nobre deputada Beth Sáhão. (Pausa.) Deputado Major Mecca, tem V. Exa. o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. MAJOR MECCA - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, presidente, deputados, deputadas, aos nossos funcionários da Assembleia Legislativa que nos dão suporte ao

nosso trabalho, aos nossos policiais militares, que aqui estão, os nossos irmãos. Quanto constrangimento, meus irmãos policiais militares, passamos nesse Carnaval, dentre eles...

Presidente, todo Carnaval a escala de serviço dos nossos policiais no estado de São Paulo, deputado Suplicy, se faz de vinte, vinte e poucas horas de serviço por quatro, cinco horas de descanso para tomar um banho e retomar o serviço novamente com as escalas extras.

Mas não bastasse esses homens e essas mulheres se dobrarem para defender o povo de São Paulo. Não basta morrer, derramar o sangue, deixar a família em casa, ainda tem que passar pelo constrangimento de assistir a uma escola de samba patrocinada com o dinheiro nosso, com o dinheiro do povo.

Vinte e um milhões do Governo Federal destinados para essa escola de samba, para ofender, para desmoralizar o policial militar, o ser humano que entrega a sua vida para defender aquelas pessoas, porque sabe que esse carnaval aí, esse desfile, só aconteceu porque tinha um soldado da Polícia Militar preservando pela segurança.

Se não houvesse, não aconteceria esse desfile, se não houvesse um policial militar nas ruas cuidando da paz social. Mas nós estamos, no momento, Capitão Telhada, em que o que prevalece nesse País é a bandiolatria, idolatração dos bandidos, do criminoso.

O Governo Federal está preocupado em combater o crime? Pelo menos essa semana teve uma fuga. É a primeira vez que tem uma fuga em um presídio federal no Rio Grande do Norte, em Mossoró.

O povo do estado de São Paulo não suporta mais a violência. Mãe de família, pai de família, jovens, que morrem nas mãos de um criminoso por conta de um aparelho celular, por conta de uma aliança, que não sai do dedo, toma um tiro na cara.

Existem - nós acompanhamos diariamente - aqueles que protegem os bandidos. Saibam, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, que, quando vocês defendem bandido, vocês condenam o cidadão de bem, o trabalhador, o policial, vide o que acontece hoje na terceira fase da Operação Verão: dois policiais militares mortos nas mãos de integrantes do crime organizado. Uma população subjugada por bandidos.

Porque nós vamos, quando eu desço ao litoral, como fiz, permaneci dois dias lá semana passada, cidadão de bem nos testemunha, deputado Eduardo Suplicy, somos forçados a guardar drogas, armamentos, até bandidos procurados pela Justiça, porque somos humilhados por bandidos do crime organizado.

As polícias de São Paulo têm o secretário capitão Derrite à frente, coronel Cássio, delegado Artur Dian, os quais, todos, transferiram seus gabinetes para o litoral de São Paulo, para retomar as ruas do nosso litoral das mãos dos bandidos. Aí nós vemos direitos humanos para defender bandido, para defender canalha que mata pai de família, que mata policial.

Estivemos com os familiares dos policiais, Telhada. Você viu alguém dos direitos humanos no velório dos policiais, estendendo a mão aos familiares e perguntando se precisavam de alguma coisa? Não estavam.

Mas na casa do bandido estavam. Para defender bandido estavam. E é isso que o nosso povo não tolera mais. É muito bandido por metro quadrado nesse Estado e em todo o Brasil.

Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ENIO TATTO - PT - Fez uso da palavra o nobre deputado Mecca.

Dando prosseguimento, próximo a orador inscrito deputado Simão Pedro. Tenha V.Exa. o tempo regencial de cinco minutos.

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente desta sessão, nobre deputado Enio Tatto; deputado Suplicy, demais deputados que se encontram aqui em plenário desta quinta-feira; Sr. Presidente, eu me inscrevi para relatar o que vem acontecendo lá no Vale do Ribeira, e ao mesmo tempo pedir uma providência por parte do Governo do Estado.

Nessa última terça-feira, à noite, aconteceu uma tempestade e vendavao que atingiram muitos municípios, o principal deles o município de Sete Barras, que fica ali bem próximo da cidade de Registro. E essa forte ventania atingiu as propriedades de 200 produtores de banana.

A gente sabe que o Vale do Ribeira é um dos maiores produtores de banana do Brasil, responde por 15%; o Brasil é o quarto maior produtor de banana do mundo. É um produto que gera receitas não só para os trabalhadores, produtores, mas também o Brasil exporta.

E o impacto dessa tempestade foi muito pesado em cima desses 200 produtores, gerando um prejuízo de quase 25 milhões de reais. Estavam na véspera de fazer a colheita dos cachos de banana e agora, então, só o ano que vem.

O que nós queríamos relatar? É uma tragédia - vou pedir para colocar algumas fotos aqui do que aconteceu lá. Os produtores entraram em contato com o meu gabinete para que a gente pudesse relatar. E nós vamos...

Queria anunciar aqui que eu estou solicitando uma reunião com o secretário de Agricultura, porque esses produtores infelizmente não têm seguro agrícola para a sua produção.

Então, eles não podem arcar sozinhos com esse prejuízo. O estado tem que abrir portas, tem que abrir oportunidades de algum empréstimo, apoio para que eles possam reconstruir as suas lavouras, recuperarem esse prejuízo.

A gente sabe que o mundo está passando por mudanças climáticas muito intensas, efeitos climáticos intensos. O ano passado mais ou menos nessa época, época do Carnaval, nós tivemos tragédias como aquela que vitimou a população de São Sebastião. Nós estamos num verão que pode ocorrer esse tipo de evento, e isso atinge produção agrícola.

Nós estamos, por exemplo, vivendo problemas ainda no Rio Grande do Sul; uma hora é seca, uma hora são chuvas intensas. Atinge, por exemplo, a produção de arroz. Por isso que nos mercados o preço está caro, os produtores estão desistindo, migrando para outras culturas.

Ali o governo federal tem empenhado muito apoio, presença de ministros para ajudar os produtores daquela região, garantir o abastecimento alimentar. Mas eu acho que o Governo do Estado - por ser uma região importante para o nosso estado, uma cultura muito importante para o Brasil e para o nosso estado, a produção da banana -, nós achamos que o Governo do Estado tem que marcar imediatamente essa reunião para que a gente possa estender a mão para esse importante setor, que são os produtores de banana.

Então, eu quero transmitir aqui minha solidariedade a todos aqueles produtores, trabalhadores também, porque tem muita gente que trabalha ali contratado pelos produtores durante a safra.

Então, o prejuízo vai além do prejuízo material, um prejuízo humano, prejuízo muito grande. E eu quero aqui transmitir toda solidariedade, o apoio, e vamos nos empenhar para que o secretário Piaí possa receber os bananicultores do Vale do Ribeira para abrir portas, dialogar, no sentido de construir uma política de apoio para que eles possam se recuperar desse grande prejuízo que tiveram durante essa semana.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ENIO TATTO - PT - Obrigado, nobre deputado Simão Pedro. Dando continuidade, nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Luiz Fernando Teixeira. (Pausa.) Deputada Edna Macedo. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Emídio de Souza. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Eduardo Suplicy. Tem V. Exa. o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Presidente, deputado Enio Tatto, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, na semana passada, eu aqui registrei que no dia primeiro de fevereiro o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, juntamente com o ministro Alexandre Padilha, de Relações Institucionais, ao

me receber, acabou concordando com a minha proposta de que seja criado um grupo de trabalho para estudar a forma segundo a qual haverá a transição prevista na Lei 10.831, de 2004, sancionada já há 20 anos, e também na nova lei, 14.601, de 2023, que extinguiu o “Auxílio Brasil” e reinstituíu o “Bolsa Família”.

Nessa lei, diz-se que o “Bolsa Família” é a etapa do processo gradual e progressivo de implementação da universalização da renda básica de cidadania. Eu, então, propus ao presidente Lula um grupo de trabalho formado pelos maiores estudiosos, economistas, filósofos e pessoas engajadas na luta pela erradicação da pobreza, promoção de maior igualdade, atendendo os objetivos principais de nossa Constituição.

Nessa reunião, o presidente Lula transmitiu ao ministro Alexandre Padilha que seria importante que o Conselho, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e de Sustentabilidade, pudesse acolher essa sugestão e interagir com esse grupo de trabalho.

Então, o ministro Alexandre Padilha designou aquela pessoa que é como que o coordenador das atividades, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, e pediu que eu tivesse um encontro com ele, que realizamos nesta semana.

Eu gostaria de pedir o auxílio da equipe que toma conta da transmissão de imagens, que possa mostrar o resultado dessa reunião que eu tive com o Sr. Paulo Pereira.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

Obrigado, Paulo Pereira, e vamos somar esforços para, efetivamente, esse grupo de trabalho realizar um trabalho muito significativo para, logo, logo, termos, no Brasil, a implementação e a universalização da Renda Básica de Cidadania.

Eu espero ainda voltar à tribuna nesta tarde para, inclusive, comentar os pronunciamentos dos meus colegas deputados estaduais sobre o que precisa ser feito com respeito à forma segundo a qual as forças de segurança no Brasil precisam trabalhar.

Assinalo que considero importante que uma escola de samba como a Vai-Vai possa estar expressando a sua opinião de forma artística e muito significativa, mas eu voltarei ao tema.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Simão Pedro.

* * *

O SR. PRESIDENTE - SIMÃO PEDRO - PT - Obrigado, deputado Eduardo Suplicy. Seguindo a lista dos oradores inscritos aqui para o Pequeno Expediente, convido à tribuna o nobre deputado Conte Lopes.

O SR. CONTE LOPES - PL - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, acompanhava as colocações do nobre deputado sempre senador Eduardo Suplicy sobre a posição da Segurança Pública. Eu acho que o problema de Segurança Pública em São Paulo e no Brasil deve ser ditado pela sociedade.

Eu acho que não tem que ter uma política para os deputados e políticos de esquerda nem para os deputados e políticos de direita. Um querendo a polícia mais forte e combatendo mais bandido e o outro achando que o bandido é um problema social. Esse é o grande problema do Brasil.

Eu acho que a sociedade não tem nada a ver com isso, a polícia tem que dar segurança mesmo, essa é a grande realidade. O que a gente viu de terror nesses últimos tempos no litoral de São Paulo é a realidade. O crime tomou conta, tomaram conta do Porto de Santos, e todo mundo sabia o que acontecia ali há muitos e muitos anos.

O crime organizado tomou conta do litoral de São Paulo, ganhando muito dinheiro no tráfico internacional de droga, usando os navios para mandar droga para o exterior.

Então, essa é uma verdade. Muitas pessoas ganharam muito dinheiro. E realmente houve um crescimento da criminalidade e uma diminuição da ação policial. Essa é a pura verdade de tudo.

A Segurança e a própria Justiça intervêm, às vezes, até na área política. A gente vê pessoas sendo presas em casa aí, porque na casa foi encontrado um revólver que é do filho, uma pepita de ouro de 30 gramas. Quanto são esses 30 gramas aí?

Enquanto outros foram soltos e tinham 50 milhões em casa. E já estão ocupando cargos políticos. Um apartamento para o cara, o tal de Geddel lá; 50 milhões o cara tinha em casa. O outro foi preso com dólares na cueca; ou outros, em várias ações.

Então, a Segurança Pública, nobre deputado senador Suplicy, varia também com a política - quem está no governo e quem está contra o governo. Por isso, a gente tem que esperar 27.

Será que vai mudar tudo de novo em 27? Será que o Supremo, que condena um presidente da república, um ex-presidente, como condenou o Lula, depois absolve, estava certo quando condenou ou estava certo quando absolveu? Não se pode nem falar isso. Você não pode falar mais nada. Mas é uma pergunta que eu faço, é o direito meu de fazer.

Cabe ao ministro Alexandre de Moraes conduzir um inquérito em que ele disse que estava sendo ameaçado de ser preso. Então, ele é vítima e também ele é acusado e ele é o julgador.

Eu fiz um curso de direito lá na Faculdade de Direito de Guarulhos, acabando a Academia do Barro Branco. Não sou especialista nisso. Mas eu posso fazer pergunta aqui da tribuna da Assembleia. Eu acho que é um direito meu. Eu acho que é um direito meu fazer perguntas.

Bandidos são presos e são soltos. André do Rap, o maior criminoso do mundo, deputado Eduardo Suplicy, foi solto por um ministro do Supremo Tribunal Federal numa penada.

A polícia ficou dez anos para prender o cara. Num sábado à tarde, o advogado entra com um pedido e o cara é liberado. E o próprio ministro, quando ele ficou sabendo da periculosidade do André do Rap, manda para a polícia: “prenda-se”.

Então, está na hora, realmente, de o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário falarem qual é a polícia que querem, qual tipo de polícia que querem, para o policial poder trabalhar.

Não é o problema da Vai-Vai. Por quem ela é financiada? Não sei. Dizem que o crime organizado financia muita coisa aí, até torcidas uniformizadas. Dizem. Até obrigando a colocar jogador num time ou deixar de colocar. Dizem - não sou eu.

Então, a partir daí, é isso que eu coloco: até onde nós vamos com a política de Segurança Pública? Agora, quem tem que ditar como tem que ser a polícia? Tem que mudar alguma coisa?

Eu entrei na polícia em 67, na Força Pública. Em 70, com a revolução militar, a ditadura - sei lá, cada um chama de uma coisa -, uniu-se a Força Pública com a Guarda Civil e virou Polícia Militar.

E muita gente não gosta da Polícia Militar por causa daquilo lá, não é por causa do que ela faz hoje. Não gosta pelo procedimento político; só isso. E não vão gostar nunca, não adianta explicar aqui que o cara trabalha... Agora, vai mudar alguma coisa? Só para terminar, Sr. Presidente: o próprio presidente Lula está lá no Congresso. Tenta mudar, faz alguma coisa diferente. Agora, eu acho que quem tem que ser ouvido é o povo. Que tido de Segurança nós vamos dar para o povo? Onde a gente vê bandidos atacando meninas, moças no centro de São Paulo, idosos, como nós outros, e enfiando o pé na bunda da gente, jogando no chão, arrancando a roupa, arrancando o celular; e vão embora, tranquilamente, sem responder a nada.

Obrigado, Sr. Presidente.